

Biopolítica e tecnossexualidade

Angela Donini *

Peter Pál Pelbart, em um de seus ensaios sobre biopolítica, questiona por que razão Foucault introduz o tema da biopolítica justo na conclusão de sua obra sobre sexualidade. Segundo Pelbart, “a sexualidade encontra-se precisamente nesse entrecruzamento entre os dois eixos da tecnologia política da vida, a do indivíduo e da espécie, a do adestramento dos corpos e a regulação das populações, a dos controles infinitesimais, o micropoder sobre o corpo e as medidas massivas, estimulações, estatísticas, intervenções que visam o corpo social como um todo. De fato, o sexo faz a ponte entre o corpo e a população, a tal ponto que o que era a sociedade do sangue corresponde ao poder de soberania, na era do biopoder torna-se a sociedade do sexo. Ainda que encavalamentos diversos tenham mesclado os dois regimes, o do sexo e do sangue, como no nazismo”.¹

Nessa sociedade do sexo, promovida e produzida na era do biopoder, podemos notar que há uma proliferação dos discursos a respeito do sexo, uma ocupação incessante de análises sociais, políticas, legislativas a respeito de sua normatividade e de sua prática no conjunto das questões da vida cotidiana. Processos que operam mecanismos de controle e censura cada vez mais sofisticados no contexto da produção biopolítica.

As relações entre sexualidade e poder que estão na base do pensamento moderno, no momento atual, se entrelaçam com outros dispositivos, como por exemplo, as frentes religiosas que se auto intitulam “pró-vida” mas lutam contra a autonomia das mulheres utilizando-se de múltiplos mecanismos de articulação para que suas pautas sejam priorizadas nos espaços dos poderes Executivo e Legislativo.

* Professora adjunta do Departamento de Filosofia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO

¹ PELBART, P.P. *Vida Capital. Ensaio de biopolítica*. São Paulo: Iluminuras, 2003, p. 58.

Os entrelaçamentos dos dispositivos de biopoder instituídos na modernidade e suas variações chegam a nossas vidas por meio das posturas de ódio e intolerância nos diversos espaços de convívio social, onde as pessoas são agredidas pela sua orientação sexual, identidade de gênero e, no caso das prostitutas, pela sua profissão.

De acordo com Foucault², em suas análises sobre o nascimento da biopolítica, é no contexto das transformações ocorridas na passagem para o século XIX, em que há a instalação de um novo direito de soberania, o direito de fazer viver e deixar morrer, que a sexualidade toma a linha de frente nos mecanismos relacionados ao desenvolvimento populacional.

Os mecanismos de operação da biopolítica seguem as transformações no nível das técnicas e tecnologias de poder, só que agora o centro da ação não será mais o corpo individual, mas sim a coletividade. Durante os séculos XVII e XVIII, tínhamos as técnicas de poder centradas no corpo individual. A partir da segunda metade do século XVIII, surge uma nova e mais sofisticada tecnologia de poder.

Essa nova tecnologia não exclui a técnica disciplinar, utiliza-se dela para operar em outro nível, em outra escala. Diferentemente do direcionamento ao corpo humano, ela se dirige ao ser vivo, atuando na multiplicidade do humano, na medida em que ele não se resume em corpos, mas na medida em que esses formam uma grande massa global afetada por processos de conjunto que são próprios da vida, como por exemplo, o nascimento, a morte, a doença, a produção.

Para Foucault, o que temos aqui é uma segunda tomada de poder, que por sua vez não é individualizante, mas que é massificante, que se faz em direção não mais ao corpo, mas sim à espécie humana.

Então, o que vemos aparecer no fim do século XVIII é uma biopolítica da espécie humana, orquestrando um conjunto de processos ligados à proporção dos nascimentos e dos óbitos, controlando, por exemplo, a taxa de reprodução e fecundidade da população. Aqui, definiu-se o que até hoje se mantém em termos de controle do corpo das mulheres. Afinal, se a prioridade desse novo contexto é o controle da reprodução e da fecundidade, onde isso vai intervir?

Há a origem de uma prática médica que terá como função a higiene pública, e que adquire o aspecto de campanha, de aprendizado da higiene e da medicalização da população.

² FOUCAULT, M. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

Podemos pensar que essa lógica sustenta até hoje a atenção da saúde pública a grupos que foram fortemente tocados pela epidemia de aids, como os *gays* e as prostitutas, e que, de alguma maneira, isso contribuiu para a justificativa de que abordar o tema da orientação sexual nas escolas é fundamental para reduzir a vulnerabilidade dos jovens *gays* à infecção pelo HIV. No caso das prostitutas, porém, nem chega a se pensar que elas estão nas escolas. Esse é um dos motivos pelos quais precisamos rever as justificativas e os argumentos para a entrada em cena de diálogos e processos de formação na perspectiva dos direitos. Quando se justifica a importância de se considerar a existência singular de determinados grupos em espaços comunitários e essa justificativa se dá por meio da sensibilização pela ocorrência de doenças e não pela possibilidade de existir outra lógica relacional e de orientação do desejo, se os processos continuarem funcionando nas bases higienistas e de controle, as questões centrais relacionadas à violência, intolerância, homofobia e outras serão adiadas, jogadas para debaixo do tapete.

Esse manejo biopolítico tem poder de interferir no conjunto de fenômenos universais e potencial de colocar indivíduos fora do circuito, fora da sociedade. É o que ocorreu, por exemplo, com as mulheres que até pouquíssimo tempo eram internadas em manicômios por terem comportamentos não correspondentes com o esperado para a sequência inevitável: casar com um homem, ter filhos, cuidar dos filhos e manter a lógica do desenvolvimento e controle populacional em seu fluxo regular. Em publicações³ sobre o processo de internação psiquiátrica no Brasil, pode-se encontrar relatos de histórias de internação de mulheres que não necessariamente haviam sido diagnosticadas pela sua necessidade de atenção em saúde, mas sim pelo seu estilo de vida. E hoje, de alguma maneira, mesmo com o processo de fechamento dos manicômios, não são raros os casos de jovens lésbicas que são expulsas de casa pela família, das escolas e de seus trabalhos.

Não é exatamente com a sociedade que se lida nessa nova tecnologia de poder. Temos um novo corpo, múltiplo, numerável. É a população como problema político, a um só tempo científico e político, biológico e de poder.

³ Um exemplo é o estudo sobre o hospício Juquery e a psiquiatria paulista do final do século XIX até a década de 1930, realizado por Maria Clementina Pereira Cunha. Nele, a autora identifica as relações com a problemática urbana, percebendo as práticas psiquiátricas concretas e cotidianas no âmago da relação asilar, enquanto instrumento disciplinante. Ver *O espelho do mundo. Juquery, a história de um asilo*. São Paulo, SP, Paz e Terra, 1988.

Essa tecnologia sobre a população exerce um poder contínuo e uma regulamentação. Esses dois movimentos consistem nas premissas do “fazer viver” e do “deixar morrer”.

Nesse contexto, é importante pensarmos porque a sexualidade se tornou no século XIX um campo importante. De um lado, enquanto comportamento corporal, ela foi instrumentalizada de controle individual em forma de vigilância permanente. Exemplos disso são os famosos controles da masturbação no espaço escolar e familiar. Outro aspecto é aquele pelo qual se ligam os efeitos da sexualidade à procriação. Ela está exatamente na encruzilhada entre o corpo e a população, depende da disciplina e da regulamentação.

Como contextualiza Beatriz Preciado⁴, Foucault tinha intuído a centralidade do sexo e da sexualidade na moderna arte de governar a vida. Dos processos de histerização do corpo feminino à pedagogia do sexo das crianças, a regulação das condutas de procriação e a psiquiatrização de prazeres perversos serão, para ele, os exemplos desse projeto a que ele caracteriza, não sem ironia, como um processo de modernização da sexualidade.

Preciado denomina *sexopolítica*⁵ a forma dominante da ação biopolítica emergente do capitalismo disciplinar que incide sobre a sexualidade. Segundo ela, o sexo, sua verdade, sua visibilidade, suas formas de exteriorização, a sexualidade, os modos normais e patológicos de prazer e a raça, sua pureza, ou sua degeneração, são ficções somáticas que obsediam o mundo ocidental a partir do século XIX até constituir o horizonte de toda a ação teórica científica e política contemporânea. São ficções somáticas, não porque não tenham realidade material, senão porque sua existência depende do que Butler chamou de *a repetição performática*⁶, ou seja, de processos de construção política.

Assim, no interior das formas de produção e controle disciplinares, a *sexopolítica* se destaca como um dos modos dominantes da ação biopolítica no fim do século XIX.

O sexo passa a formar parte dos cálculos do poder de modo que o discurso sobre a masculinidade e a feminilidade e as técnicas de normalização das identidades sexuais se transformam em agentes de controle e modelização da vida.

⁴ PRECIADO, B. *Texto Yonqui*. Madrid: Espasa Calpe, 2008.

⁵ PRECIADO, B. *Multitudes queer. Multitudes*, num 12, Paris, 2002, p. 17 a 25.

⁶ BUTLER, J. *El género en disputa. El Feminismo y la subversión de la identidad*. Buenos Aires: Paidós, 2007.

Em meados do século XIX, inventam-se as identidades sexuais e sua classificação taxionômica e psicopatológica. Essas identidades viram objeto de vigilância e repressão. A codificação visual da “diferença sexual” se transforma em verdade anatômica: as trompas de falópio, as glândulas de bartoli e o clitóris. Assim, seguindo a análise de Beatriz Preciado, uma das diferenças políticas constitutivas do Ocidente (ser homem ou ser mulher) se resolve em uma equação banal: ter ou não ter um pênis de um centímetro e meio no momento do nascimento.

São realizados experimentos de inseminação artificial em animais; intervêm-se com a ajuda de instrumentos mecânicos sobre a produção do prazer feminino. Enquanto que, por um lado, proíbe-se e controla-se a masturbação, por outro, medicaliza-se o orgasmo feminino entendido como crise histérica e o orgasmo masculino torna-se mecânico e doméstico por meio de uma incipiente codificação pornográfica

Beatriz Preciado⁷ propõe a denominação de “império sexual” a esse sistema de construção biopolítica que tem como centro somático de invenção e controle da subjetividade o “sexo” do indivíduo moderno.

Segundo ela, a *sexopolítica* disciplinar ocidental do fim do século XIX e de boa parte do século XX não pode reduzir-se a uma regulação das condições de reprodução da vida, nem aos processos biológicos que “dizem respeito à população”.

O corpo heterossexual, um dos artefatos com mais êxito governamental da sexopolítica do século XIX, é o produto de uma divisão do trabalho da carne, segundo a qual cada órgão se define com respeito a sua função, tanto reprodutora quanto produtora de masculinidade ou feminilidade, de normalidade ou de perversão.

Uma sexualidade implica uma territorialização precisa da boca, da vagina, da mão, do pênis, do cu, da pele. Beatriz Preciado retoma a questão do pensamento hetero, elaborada por Monique Wittig⁸ nos anos 1980, e afirma que isso é um regime político, não da prática sexual, senão daquilo que assegura a relação estrutural entre a produção da identidade de gênero e a produção de certos órgãos em detrimento de outros, como órgãos sexuais e reprodutivos. Ela afirma que boa parte deste trabalho disciplinar consistirá em extrair o cu dos circuitos de produção de prazer. Preciado

⁷ PRECIADO, B. *Testo Yonqui*. Madrid: Espasa Calpe, 2008.

⁸ WITTIG, Monique. *El pensamiento heterosexual y otros ensayos*. Barcelona: Egales, 2006.

resgata uma passagem do Anti-Édipo⁹: “O cu é o primeiro órgão privatizado, colocado fora do campo social, aquele que serviu como modelo de toda a posterior privatização, ao mesmo tempo que o dinheiro expressava o novo estado de abstração de fluxos”.

O cu, como centro de produção de prazer (neste sentido, próximo da boca ou da mão, órgãos que serão também fortemente controlados pela regulação sexopolítica decimonônica anti masturbação e anti-homossexualidade) não tem gênero, nem masculino, nem feminino, produz um curto-circuito na divisão sexual, é um centro de passividade primordial, lugar abjeto por excelência, próximo do detrito e da merda, esgoto universal.

Para Preciado, o Ocidente desenhou um tubo com dois orifícios – uma boca emissora de signos públicos e um cu impenetrável – e enrola em torno deles uma subjetividade heterossexual que adquire *status* de corpo social privilegiado.

Até o século XVII, a epistemologia sexual está determinada por um sistema de semelhanças¹⁰, no qual a anatomia feminina é considerada uma variação débil, interiorizada e degenerada do sexo masculino. Os ovários são entendidos como testículos interiorizados e a vagina como um pênis invertido que serve de receptáculo ao sexo masculino.

Preciado acompanha a análise de Laqueur que define essa epistemologia sexual como um modelo monossexual (masculino) do qual surgem duas expressões sociais e políticas hierarquicamente diferenciadas “o homem, regra do humano”, e “a mulher, receptáculo reprodutivo”. Aqui, a definição do sexo depende não só da morfologia exterior dos órgãos sexuais, senão e sobretudo da capacidade reprodutiva e de papel social.

A partir do século XVIII, a epistemologia visual que rege a *sexopolítica* moderna, se seguirmos a análise de Laqueur, depende de um sistema de oposições e já não mais de semelhanças. Desenha-se uma nova anatomia sexual na qual o sexo feminino já não é uma inversão ou uma interiorização do sexo masculino, senão um sexo inteiramente diferente, cujas formas e funções respondem a uma lógica própria. Laqueur chega a afirmar que, no despertar da modernidade e do capitalismo, é preciso inventar uma estética da diferença sexual, porque a hierarquia política entre homens e mulheres começa a ser questionada. Desse modo, a nova verdade anatômica vem operar aqui

⁹ GILLES, D. e GUATTARI, F. *O Anti-Édipo. Capitalismo e esquizofrenia*. Portugal: Assirio e Alvim, 1996.

¹⁰ *Idem*. Beatriz Preciado, op. cit.

como legitimação da organização política do social. Este regime *sexopolítico* se abre com a invenção do sujeito sexual através da patologização da masturbação.

Essa sociedade, segundo Preciado, será uma sociedade dominada pela diferença sexual e pela produção do indivíduo como possuidor de uma identidade e de uma única verdade sexual.

Por que somente cuidamos de nós mesmos através da preocupação com a verdade? O que fez com que toda uma cultura passasse a girar em torno dessa obrigação de verdade? Que relações mantivemos com a verdade através do saber científico? Quais são nossas relações com esses “jogos de verdade” tão importantes na civilização, e nos quais somos simultaneamente sujeitos e objetos? Que relações mantivemos com os outros, através dessas estranhas estratégias e relações de poder? Quais são as relações entre verdade, poder e si mesmo?

Michel Foucault, em seu trabalho de pesquisa sobre a história da sexualidade¹¹, problematiza aquilo que Freud se perguntava sem cessar: O que é o desconhecimento de seus próprios desejos? Para Foucault, tratava-se não de um desconhecimento, mas sim, de um outro fenômeno, quase oposto à movimentação da psicanálise, que ele chamou de supersaber. Isto é, um saber excessivo, um saber ampliado, um saber ao mesmo tempo intenso e extenso da sexualidade, não no plano individual, mas no plano cultural, no plano social, em formas teóricas ou simplificadas.

Um processo histórico no qual a cultura ocidental fora surpreendida por uma espécie de desenvolvimento, de hiper desenvolvimento do discurso da sexualidade, da teoria da sexualidade, da ciência sobre a sexualidade, do saber sobre a sexualidade.

Para Foucault, talvez fosse possível dizer que havia, nas sociedades ocidentais do final do século XIX, um duplo fenômeno muito importante: o primeiro, mais geral, situado no nível dos indivíduos, que seria o descobrimento pelo sujeito de seu próprio desejo (fenômeno manifestado especialmente na histeria); o outro, de supersaber cultural, social, científico e teórico da sexualidade. Uma questão importante nessa análise é que os dois movimentos não são contraditórios, eles coexistem efetivamente no Ocidente, e um dos problemas é certamente saber de que modo, em uma sociedade como a nossa, é possível haver uma produção analítica sobre a sexualidade no plano cultural geral e, ao mesmo tempo, um desconhecimento do sujeito a respeito de sua

¹¹ FOUCAULT, M. *História da Sexualidade 1: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 2003; *História da sexualidade 2: o uso dos prazeres*. Rio de Janeiro, Graal: 1998; *História da sexualidade 3: o cuidado de si*. Rio de Janeiro, Graal: 1985.

sexualidade. Por um lado, a ligação com o espetáculo e, por outro, a ausência completa de possibilidades de reconhecimento da sexualidade em sua interação com a política, a autonomia e os direitos, causando impactos negativos.

Os psicanalistas abordaram o saber sobre a sexualidade por duas vias: tomando-a como ponto de partida, como matriz, de qualquer forma de saber sobre a sexualidade, as famosas teorias que as crianças inventam a respeito de seu nascimento, a respeito do fato de elas terem ou não um sexo masculino, sobre a diferença entre meninos e meninas; ou ainda, tentaram abordar o saber sobre a sexualidade em psicanálise a partir dos grandes mitos da religião ocidental.

Segundo Foucault, o que os psicanalistas não levaram muito a sério foi o problema da produção de teorias sobre sexualidade na sociedade ocidental. E é justamente essa produção maciça que remonta há muito tempo e vem de muito longe, pelo menos desde Santo Agostinho, desde os primeiros séculos cristãos, um fenômeno a ser levado a sério, e que não pode ser reduzido simplesmente a esses modelos que podem ser uma mitologia, um mito ou uma teoria fantástica.

O projeto de Foucault foi de estudar em suas origens e formas próprias a superprodução de saber sociocultural sobre a sexualidade, e, por outro, tentar verificar em que medida a própria psicanálise faz parte dessa grande economia da superprodução do saber crítico a respeito da sexualidade.

A história da sexualidade no Ocidente é a história daquilo que Foucault chamou de *scientia sexualis*. Uma interdição do saber que incide sobre a sexualidade das pessoas, e não sobre o prazer delas, algo que se resume em qual é a verdade dessa coisa que, no indivíduo, é seu sexo ou sua sexualidade: verdade do sexo, e não intensidade do prazer.

Trata-se de uma tentativa de retomar o problema do saber sobre a sexualidade a partir não do desconhecimento pelo sujeito de seu próprio desejo, mas da superprodução de saber social e cultural, o saber coletivo sobre a sexualidade.

O ponto culminante das tecnologias rígidas e pesadas de produção de identidade sexual se alcançará em torno de 1868, momento da patologização da homossexualidade e da normalização burguesa da heterossexualidade.

De acordo com Preciado, o produto da reprodução pertencerá à paterfamília e por extensão ao estado e a deus. Portanto, o aborto e o infanticídio pós-parto serão vigiados e severamente castigados pela lei.

Dentro desse sistema, é considerada monstruosidade (violação das leis da natureza) ou perversidade (violação das leis morais) a divergência corporal frente à norma (tamanho e forma dos órgãos sexuais, dos pelos faciais, forma e tamanho dos seios).

Aparecem também as diferenças opostas entre homossexualidade e heterossexualidade, entre sadismo e masoquismo, entre normalidade e perversão. Aquilo que até agora eram simples práticas sexuais se transformam em identidades e condições políticas que devem ser estudadas, repertoriadas, perseguidas, castigadas, curadas. Inventam-se, assim, a criança masturbadora e o monstro sexual. Cada corpo, diz Foucault, vira “indivíduo” que é necessário corrigir. Esse duplo movimento, vigilância médico-jurídica e espetacularização midiática, exacerbado através de técnicas informáticas e digitais de visão e difusão de informação, será uma das características do que Preciado chamou de regime *farmacopornográfico* que começa a sua expansão em meados do século XX.

Segundo Beatriz Preciado, os dispositivos sexopolíticos disciplinares que acompanham esta nova estética da diferença sexual e das identidades sexuais são técnicas mecânicas, semióticas e arquitetônicas de naturalização do sexo.

Agrupam-se aqui atlas de anatomia sexual, tratados de maximização dos recursos naturais em função do crescimento da população, textos jurídicos sobre a penalização do travestismo ou da sodomia. Amarram a mão da criança masturbadora na cama, ferros separam as pernas da jovem estérica, proliferam filmes sobre os quais se inscrevem as imagens fotográficas do cu dilatado do homossexual passivo, camisas de força que sujeitam o corpo indomável da mulher masculina.

Encontramo-nos frente a sistemas duros e externos de produção da subjetividade. São ortopedias políticas. Esses dispositivos de produção da subjetividade sexual tomam a forma de arquiteturas exteriores ao corpo. O modelo dessas técnicas de subjetivação, seguindo Foucault, poderia ser a arquitetura da prisão (em particular o panopticom), do asilo, ou da caserna. Se pensamos em dispositivos de subjetivação *sexopolítica*, teríamos de falar mais da expansão tentacular da arquitetura doméstica, da divisão entre privado e público, mas também dos dispositivos ginecológicos e a invenção da ortopedia sexual (o *corselet*, o espécule e o vibrador médico) e de novas técnicas midiáticas de controle e representação (fotografia, cinema, pornografia incipiente), do desenvolvimento das técnicas psicológicas de introspecção e confissão,

da gestão do comércio sexual paralela ao controle doméstico heterossexual, por meio dos bordéis metropolitanos ou dos bordéis coloniais.

De acordo com Preciado, Foucault parece passar por alto um conjunto de transformações profundas das tecnologias de produção de subjetividade que se sucedem a partir da Segunda Guerra Mundial e que, para ela, obrigam-nos a conceitualizar um terceiro regime de subjetivação, um terceiro sistema de saber e poder, nem soberano, nem disciplinar, nem pré-moderno, nem moderno, um regime que tenha em consideração o impacto das novas tecnologias do corpo na construção da subjetividade. Deleuze, inspirando-se em Burroughs, chamou de sociedade de controle esse novo mecanismo da organização do social que deriva do controle biopolítico. Ela prefere denominá-la, lendo Burroughs com Bukowski, sociedade *farmacopornográfica*.

Um conjunto de novas tecnologias do corpo (biotecnologia, cirurgia, endocrinologia) e de representação (fotografia, cinema, tv, cibernética) surge após a Segunda Guerra Mundial. Essas tecnologias se infiltram e penetram a vida cotidiana como nunca o tinham feito antes. São tecnologias biomoleculares, digitais e de transmissão de informação em alta velocidade. É a era de tecnologias brandas, ligeiras, viscosas, de tecnologias gelatinosas, injetáveis, aspiráveis, incorporáveis.

Na sociedade *farmacopornográfica*, as tecnologias entram e formam parte do corpo, diluem-se nele, convertem-se em corpo. Aqui, a relação corpo e poder se volta tautológica: a tecnopolítica toma a forma do corpo, incorpora-se. Um primeiro signo de transformação do regime de somatopoder em meados do século XX será a eletrificação, a digitalização e a molecularização desses dispositivos de controle e produção da diferença sexual e das identidades sexuais.

Pouco a pouco, os mecanismos ortopédico-sexuais e arquitetônicos-disciplinares se vêem absorvidos por técnicas microinformáticas, farmacológicas e audiovisuais ágeis e de transmissão rápida.

Segundo Preciado, “na sociedade farmacopornográfica o modelo de ação sobre o corpo é a microprotética: o poder atua através de uma molécula que vem a fazer parte do nosso sistema imunológico, do silicone que toma a forma de seios, de um neurotransmissor que modifica nossa forma de perceber e atuar, de um hormônio e

suas ações sistêmicas sobre a fome, o sono, a excitação sexual, a agressividade ou a decodificação social de nossa feminilidade e masculinidade”.¹²

Beatriz Preciado conclui sua história da tecnossexualidade afirmando que o próprio das novas tecnologias brandas de microcontrole é tomar a forma do corpo que controlam, transformarem-se em corpo, até se tornarem inseparáveis e indistinguíveis dele. O corpo é a estrutura biomolecular e orgânica dos sistemas de controle.

¹² *Ibidem*, Beatriz Preciado, op. cit. Tradução livre do original: “...en la sociedad farmacopornográfica el modelo de acción sobre el cuerpo es la microprotética: el poder actúa a través de una molécula que viene a formar parte de nuestro sistema inmunitario, de la silicona que toma la forma de senos, de un neurotransmisor que modifica nuestra forma de percibir y actuar, de una hormona y su acción sistémica sobre el hambre, el sueño, la excitación sexual, la agresividad o la descodificación social de nuestra feminidad y masculinidad”.